

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº           , DE 2006**  
**(Do Sr. Geraldo Resende)**

Solicita informações ao Sr. Ministro do Trabalho, acerca das relações mantidas pelo Ministério com as empresas Cobra Tecnologia Ltda e Compnet.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro do Trabalho, as seguintes informações:

1. Cópia do Contrato Administrativo pactuado com a empresa Cobra Tecnologia Ltda;
2. Cópia integral de tantos Processos de Licitações quanto existentes que culminaram em contratação da empresa Cobra Tecnologia Ltda;
3. Relação pormenorizadas de todos os repasses financeiros feitos à empresa Cobra Tecnologia Ltda.
4. Relatório sobre o atual estágio de desenvolvimento do software para o gerenciamento do programa denominado “Primeiro Emprego”, do governo federal;
5. Relatório sobre a participação da empresa Compnet em qualquer das relações jurídicas estabelecidas a partir dos atos administrativos objetos dos requerimentos acima.



6586704024

## JUSTIFICAÇÃO

As denúncias de corrupção no Brasil desta vez envolvem a Cobra Tecnologia, subsidiária do Banco do Brasil.

A ilicitude foi tema de matéria publicada na edição de domingo passado da Revista Istoé e na edição de ontem do Jornal Correio do Estado, de Mato Grosso do Sul, e o esquema, a exemplo dos demais que temos assistido, envolve considerável soma de dinheiro, algo em torno de oito milhões e oitocentos mil reais.

Segundo o que foi publicado, em setembro de 2004 foi firmado contrato entre a Cobra Tecnologia e o Ministério do Trabalho, para que a primeira desenvolvesse um software para o gerenciamento do programa denominado “Primeiro Emprego”, do governo federal. O valor do contrato: nove milhões e duzentos mil reais. Para desenvolver o programa, três empresas se apresentaram, além da Cobra Tecnologia, cada uma delas detalhando o custo de seus serviços. Até aí, nada de anormal.

No entanto, segundo a denúncia, por trás dessas três empresas que participaram do certame estava uma única pessoa, identificada pela Revista IstoÉ como Patrícia Klavdianos, funcionária do Ministério do Trabalho. Uma armação, se confirmadas as informações constantes da reportagem. Do total de R\$ 9,2 milhões do convênio, R\$ 8,8 milhões foram pagos à Cobra Tecnologia, que por sua vez repassou a uma empresa de Campo Grande, a Compnet, a maior parte do dinheiro, para que esta desenvolvesse o software.

Hoje, quase dois anos depois, o software ainda não foi entregue ao Ministério do Trabalho. E nos chama a atenção os bastidores de mais esse ato de corrupção. O proprietário da Compnet, identificado como Adriano Aparecido Chiarapa, disse ter sido obrigado a pagar propina – ele não



indica a quem foi pago esse dinheiro – no valor de R\$ 300 mil para que viesse a desenvolver o software.

Bastante estranha a denúncia do empresário, já que ele representou a Cobra Tecnologia quando o convênio foi firmado com o Ministério do Trabalho, na condição de diretor de tecnologia da empresa. Não sabemos se a propina de R\$ 300 mil foi ou não paga, mas toda essa situação com certeza deve ser investigada. O que se sabe, segundo a revista IstoÉ, é que existiriam depósitos bancários no valor de R\$ 15 mil em favor de Sebastião Ubirajara, ex-coordenador de informática do Ministério do Trabalho.

Consta ainda na matéria que pelo menos 15 pessoas teriam sido exoneradas do Ministério do Trabalho por envolvimento nesse esquema, entre os quais o então secretário-executivo da pasta, Alencar Ferreira.

Todas essas informações trazidas a público devem ser averiguadas junto aos órgãos públicos envolvidos de forma a identificarmos o tamanho do prejuízo ao erário público, tanto quanto os responsáveis pelas irregularidades, caso sejam confirmadas. Eis o fulcro do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em        de        fevereiro    de 2006.

**Deputado Geraldo Resende – PPS/MS**



6586704024